

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E AS PERCEPÇÕES DA JUVENTUDE DO ASSENTAMENTO EGÍDIO BRUNETTO/MST/MT

Flávia Cristina Dias Lopes de Sousa ¹, Ronaldo Eustáquio Feitoza Senra ²

Resumo: Esta pesquisa versa sobre a juventude do assentamento Egídio Brunetto/MST/MT e a influência das mudanças climáticas em suas atividades agrícolas e cotidianas. Buscamos fazer uma abordagem sobre a importância dos movimentos sociais e as ações adotadas para o enfrentamento deste fenômeno. A metodologia utilizada ocorreu por meio do estudo de caso, que apresenta procedimentos importantes para coleta de dados cujas informações essenciais para a pesquisa são fornecidas pelos sujeitos envolvidos. A pesquisa tem como suporte teórico autores como: Caldart *et al.* (2012), Acselrad (2010), Senra (2014). Como resultado, pode-se perceber que a juventude do assentamento tem percebido dificuldades para desenvolver suas atividades básicas em decorrência das frequentes variações climáticas percebidas na região, como diminuição de chuvas, elevação da temperatura e escassez de água tanto para consumo quanto para as atividades agrícolas, influência das Mudanças Climáticas que possuem como principal influência as ações antrópicas.

Palavras-chave: Juventude assentada; Fenômenos climáticos; Movimentos Sociais.

CLIMATE CHANGE AND THE PERCEPTIONS OF YOUTH IN THE SETTLEMENT EGÍDIO BRUNETTO / MST / MT

Abstract: This research deals with the youth of the Egídio Brunetto / MST / MT settlement and the influence of climate change on their agricultural and daily activities. We seek to approach the importance of social movements and the actions taken to face this phenomenon. The methodology used occurred through the case study, which presents important procedures for data collection whose essential information for the research is provided by the subjects involved. The research is theoretically supported by authors such as: Caldart *et al.* (2012), Acselrad (2010), Senra (2014). As a result, it can be seen that the youth of the settlement has perceived difficulties to develop their basic activities due to the frequent climatic variations perceived in the region, such as reduced rainfall, elevated temperatures and scarcity of water for both consumption and agricultural activities, influence of Climate Change that have as main influence the anthropic actions.

Keywords: settled youth; Climatic phenomena; Social movements.

¹Mestra em Ensino pelo Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT). ADI em Prefeitura Municipal de Jaciara. E-mail: flaviacris_dias@outlook.com.

²Doutor em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), Câmpus Várzea Grande. E-mail: bolinhasenra@yahoo.com.br.



1. Introdução

As mudanças climáticas têm se constituído em um dos grandes fenômenos da atualidade passando a estar entre os principais temas de muitos encontros a nível mundial. Constituem-se em alterar as condições naturais do clima afetando a sua composição natural do mesmo. As causas dessas mudanças estão diretamente relacionadas ao aumento da concentração dos gases de efeito estufa na atmosfera (GEE), a exemplo da queima de combustíveis fósseis, cujo objetivo principal é o enriquecimento de capital, o ganho econômico, que emergiu com o advento da revolução industrial.

As mudanças no clima podem ocorrer de forma natural, ou seja, de forma cíclica. Entretanto, são as ações humanas que tem contribuído significativamente para acelerar esse processo através das atividades que desenvolvem por meio de indústrias, veículos, queimadas de florestas, entre outras ações que contribuem para a emissão e acúmulo de GEE na atmosfera terrestre. Partindo deste princípio entendemos que as discussões sobre esta temática e seus impactos devem acontecer em diferentes cenários como os espaços escolares, familiares, espaços sociais e movimentos do campo ou da cidade, uma vez que influenciam não somente a qualidade de vida da população, como também a produção agrícola camponesa que dependem de forma direta das condições ambientais para o sucesso suas atividades.

Neste sentido, esta pesquisa versa sobre a juventude do assentamento Egídio Brunetto/MST/MT e suas percepções sobre os impactos das mudanças climáticas no assentamento em que residem. Para isso buscamos fazer uma abordagem sobre a importância dos movimentos sociais e o engajamento da juventude frente ao enfrentamento deste fenômeno.

2. Mudanças climáticas: impactos sobre os povos Camponeses e sua juventude

Os estudos têm indicado que, apesar dos efeitos das mudanças climáticas serem perceptíveis e já afetarem diversas partes do mundo, das cidades as zonas rurais, os povos do campo, em especial os que cultivam a terra para produção agrícola e animal tendem a sentir de forma mais direta os efeitos das constantes variações do clima, efeitos das mudanças climáticas, isso porque dependem diretamente das condições climáticas para benefício das suas produções (MARQUES; SILVA; HANISCH, 2013).

Desta forma, as mudanças climáticas exercem influência direta sobre as atividades que desempenham. Ao realizarem uma semeadura em determinada época do ano, por exemplo, são esperados determinados volumes de chuvas distribuídos por um período. Até pouco tempo atrás, era possível a realização desta previsão e conseqüentemente organização das atividades.

Os riscos são inerentes a todas as atividades econômicas, porém assumem proporções maiores nas atividades agrícolas, pois a agricultura sempre foi considerada uma atividade de alto risco, principalmente por estar sujeita a perdas imprevisíveis por fatores climáticos extremos como a seca, a chuva em excesso, granizo, geada (...). (MARQUES; SILVA; HANISCH, 2013, p. 2).

Com todas as mudanças e alterações que vem ocorrendo, os/as agricultores/as Camponeses/as têm ficado a mercê das inúmeras possibilidades que podem ocorrer impactando as suas produções, tanto agrícola quanto animal. Cabe aqui enfatizar a importância que o acesso a água representa para os/as Camponeses/as, principalmente para os recém assentados que, na maioria das vezes, ainda não dispõem de muitas tecnologias e cuja condições, solo e água, de suas propriedades não se encontram no melhor estado, graças as utilizações anteriores que, em sua maioria, a extração dos recursos ocorria mais rapidamente do que os sistemas conseguiam repor. Essa também é a realidade encontrada no assentamento Egídio Brunetto/MST.

Como reflexo, muitas dessas propriedades sentem a quase escassez da água por meio da diminuição dos volumes das chuvas, uma das consequências das mudanças climáticas, que refletem diretamente na capacidade que os rios, minas e demais fontes manterem-se em seu volume máximo, o que se une ao fato do desmatamento em seus entornos e ao pisoteio animal que, conseqüentemente, compactam o solo reduzindo a sua capacidade de infiltração e retenção de água. Esse pisoteio, a longo prazo, "contribui para a irreversível degradação dos solos e da vegetação" (PARENTE; MAIA, 2011, p. 04).

Os grandes produtores, por sua vez, apesar de também estarem sujeitos aos efeitos das mudanças climáticas, encontram-se mais preparados financeira e tecnologicamente para lidarem com essas alterações na tentativa de diminuir seus prejuízos revertendo algumas intempéries por meio de irrigação de alto nível e até mesmo colheita de seus produtos antes do período por disporem de meios dotados de tecnologia como os secadores e armazéns.

Essa diferenciação também é reflexo das políticas públicas que tem privilegiado o agronegócio por meio de fornecimentos de créditos muito maiores quando comparados aos que são disponibilizados para a agricultura familiar Camponesa, desta forma, "pelos investimentos, sabemos que o país optou pelo agronegócio para garantir a balança comercial e o Produto Interno Bruto – PIB" (SENRA; MEDEIROS, 2018, p. 12).

Por outro lado, a utilização de grandes tecnologias pode contribuir ainda mais para que as mudanças climáticas sejam cada vez maiores pois a modernização dos processos envolvidos na agricultura podem elevar as produtividades, contudo, interferem no desenvolvimento natural dos ecossistemas tornando-os mais susceptíveis implicando "em maior impacto ambiental, agravando-se desta forma o processo de mudanças climáticas e exigindo-se maiores investimentos dos agricultores, o que também implica a esses assumirem maiores riscos" (MARQUES; SILVA; HANISCH, 2013, p. 2).

O mesmo nem sempre acontece aos/as agricultores/as Camponeses/as, pois recorrer a outros recursos demanda gastos que muitas vezes eles não possuem, principalmente os iniciantes na propriedade e que, ainda precisam se estabelecer financeiramente, como por exemplo, os novos assentados oriundos de reformas agrárias que, em alguns casos, ainda precisam lidar com outros fatores resultantes do uso exacerbado dos recursos disponíveis – a exaustão do solo – que muitas vezes carecem de correções para voltarem a se tornar mais produtivos e rentáveis. Essas correções demandam custos e de forma natural,

demandam tempo para voltarem a se tornar produtivos (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009).

Conforme mencionam Senra e Medeiros (2018, p. 13) “se não há políticas públicas efetivas que possibilitem o começo da cadeia produtiva não há como se avançar muito no quesito”, assim, solos exauridos aliados aos fenômenos das mudanças climáticas, como a escassez de água por meio da diminuição das chuvas, dificultam o desenvolvimento dos sítios e as produções dos/as Camponeses/as que, na maioria das vezes, procuram zelar pelos recursos fornecidos de forma natural, utilizando-os a seu favor por meio do uso consciente e sustentável, contribuindo para a melhoria da qualidade do meio ambiente, bem de uso comum.

Essa forma mais consciente de lidar com os recursos disponíveis é uma das táticas que vem sendo utilizada na tentativa de conter os avanços das alterações nos ecossistemas e, conseqüentemente, das mudanças climáticas direcionando os olhares para uma agricultura mais limpa e sustentável, como nos sistemas que se baseiam na produção agroecológica (MARQUES; SILVA; HANISCH, 2013), e que também é muito difundido entre os/as Camponeses e em especial pelo MST que preza, entre seus objetivos e pautas, pela utilização de “técnicas agroecológicas, abolindo o uso de agrotóxicos e sementes transgênicas” (MST, 2016, p. 16).

Esses sistemas agroecológicos pertencem ao grupo também denominado de agricultura limpa sendo considerada uma alternativa viável para produção alimentar em diálogo com a sustentabilidade. Nesses sistemas a vegetação nativa é mantida e os espaços para plantio das variedades comerciais são utilizados conforme a necessidade da cultura a ser implantada. Desta forma, os riscos de sentirem os efeitos climáticos como falta de água são menores uma vez que há um equilíbrio interno devido ao acúmulo de biomassa no local.

A abundante biomassa vegetal ajuda a reter umidade no sistema e a criar um microclima mais ameno, reduzindo os efeitos da falta de água e do calor excessivo. Em suma, a implantação de sistemas de produção agrícola que mimetizam a natureza é de fundamental importância para a adaptação dos agricultores familiares a um contexto de crescente incerteza climática (GONÇALVES, 2009, p. 9).

Compreender a importância das mudanças climáticas e como essas alterações geram impactos sobre os moradores do campo torna-se importante, uma vez que, com a improdutividade do campo, o índice de migrações dos/as Camponeses/as para os grandes centros e em especial da juventude Camponesa tende a aumentar, o que afetaria o desenvolvimento do campo e conseqüentemente a produção de alimentos.

Com base nos encontros, legislações e documentos sobre as mudanças climáticas e seus impactos, conhecer o que os moradores do campo compreendem sobre essa temática e como eles buscam fazer a sua parte em vista de um meio ambiente e uma agricultura mais sustentável é imprescindível. Pois, conforme supracitado, os sistemas agroecológicos constituem-se em uma alternativa viável e desejável que podem contribuir para minimizar os efeitos das mudanças climáticas e de seus impactos sobre a agricultura, em especial a familiar Camponesa (GONÇALVES, 2009).

Desta forma, a constituição de uma juventude do campo ambientalista em vista promoção do sistema de produção agroecológico, por meio de cursos e processos formativos, para que possam dar continuidade ao trabalho camponês se envolvendo com as questões socioambientais, levando-os a uma reflexão sobre a importância da agricultura familiar Camponesa para a produção alimentar e de como eles podem contribuir para um meio ambiente mais sustentável, passa a se tornar uma medida de grande relevância dentro do cenário ambiental.

Busca-se uma divisão mais justa do trabalho entre homens e mulheres, podendo os jovens encontrar mais oportunidades de trabalho tanto junto à família, quanto à comunidade. O objetivo é que homens, mulheres e jovens alcancem a igualdade na tomada de decisões e na partilha dos resultados econômicos produzidos com seus trabalhos (MST, 2010, p. 57).

Nesse sentido, o MST tem trabalhado pela formação de crianças, jovens e adultos por meio do desenvolvimento de práticas em sistemas de produção de alimentos mais sustentáveis, utilizando como principal meio transformador os sistemas agroecológicos que além de contribuir com melhorias ao meio ambiente, “estimula muitas mudanças no modo de viver em família e em comunidade” (MST, 2010, p. 57).

Os riscos provenientes das mudanças climáticas não atingem de igual maneira a todos os povos e em todos os locais, conforme veremos no item a seguir. Contudo, ao se trabalhar com a formação dos/as Camponeses/as para o enfrentamento dos fenômenos relativos as mudanças climáticas, abre-se possibilidades de que, estes povos, consigam lidar melhor com esses fenômenos, tornando-se menos vulneráveis e conseqüentemente, tornarem as suas propriedades mais produtivas, viabilizando também a permanência dos jovens no campo e a continuidade do Campesinato.

2.1 Justiça climática: fundamentos para superação das injustiças climáticas

Falar em justiça climática é falar de equidade, ou seja, que todas as pessoas tenham igualdade de acesso a um meio ambiente equilibrado bem como equidade na distribuição dos riscos e possíveis impactos ambientais, que na maioria das vezes, são sentidos com maior intensidade pelas pessoas vulnerabilizadas.

Tendo em vista os efeitos das mudanças climáticas, alguns locais apresentam maior vulnerabilidade a estas intempéries estando expostos aos maiores riscos que tais mudanças trazem consigo. Ou seja, os impactos das mudanças climáticas atingem de formas diferentes os diferentes grupos sociais existentes, indivíduos que se encontram em situações de vulnerabilidade econômica, social e ambiental (MILANEZ; FONSECA, 2010).

É importante mencionar, conforme citado por Marques, Silva e Hanisch (2013) que, os riscos provenientes das mudanças climáticas não afetam de igual maneira a todas as pessoas em diferentes locais e setores da sociedade pois os riscos decorrem em função de “características que os deixam mais ou menos expostos a estes perigos, correndo mais ou menos riscos” (p. 03). Isso porque pessoas que habitam em locais denominados como áreas de riscos, são por

consequência, atingidas com maior intensidade em situações em que elevação no volume de chuvas, rompimento de barragens, e demais desastres ambientais sejam de ordem natural ou por ações antrópicas.

É importante aqui explicitar a diferença entre riscos e vulnerabilidades no contexto das mudanças climáticas com a finalidade de melhor compreender sua abrangência. A vulnerabilidade estaria em “função da sensibilidade, da capacidade adaptativa e da magnitude da exposição a riscos climáticos” (PBMC, 2014, p. 316). A sociedade sempre esteve exposta aos riscos de ordem ambiental, uma vez que estes também podem ocorrer de forma natural, a exemplo de terremotos ocasionados pelos movimentos das placas tectônicas, tsunamis, entre outros.

As mudanças climáticas, nesse contexto, atuam como agentes potencializadores de riscos, aumentando as situações de vulnerabilidade, uma vez que altera a organização natural dos ecossistemas, contribuindo para o aumento e surgimento de pragas e doenças, e indisponibilidade de recursos necessários como água e fertilidade de solos (PBMC, 2014).

Diante desta realidade, as desigualdades resultantes dos impactos socioambientais provenientes das mudanças climáticas se tornaram temas para pesquisas com o intuito de compreender por que alguns grupos eram mais atingidos com as catástrofes resultantes do que outros. Principalmente os mais vulnerabilizados social e economicamente que estavam, conseqüentemente, entre os grupos de maior vulnerabilidade ambiental e susceptíveis aos danos causados pelas mudanças climáticas e suas intempéries.

Assim, criou-se o conceito de justiça ambiental, que segundo Acsehrad (2010) é o anseio de um movimento que busca a dar um novo sentido para as questões socioambientais. Essa busca por um novo sentido está associada a reformulação dos espaços onde os conflitos sociais acontecem em busca de futuros possíveis. E nesses espaços, “a questão ambiental se mostra cada vez mais central e vista crescentemente como entrelaçada às tradicionais questões sociais do emprego e da renda” (p. 108).

Para o autor supracitado, o termo justiça ambiental se fundamenta na identificação desigual sobre a exposição de riscos com base em uma lógica onde para que haja a acumulação de riqueza para alguns grupos outros sofram com a penalização ambiental, os mais despossuídos.

Conforme Acsehrad, Mello e Bezerra (2009), isso pode ser facilmente percebido quando comparado duas situações: distribuição de moradia e de espaços rurais. No primeiro, eles dizem que os mais ricos tendem a ficar mais protegidos das intempéries climáticas por conseguirem residir em locais mais protegidos, mais bem localizados, com boa estrutura de solo.

Em contrapartida, os mais pobres são destinados a moradia em ambientes mais degradados com piores condições de infraestrutura e susceptíveis aos grandes impactos ambientais. No que concerne aos espaços rurais, o autor diz que as desigualdades de forças econômicas agem livremente ao distribuírem “os pobres nos solos menos valorizados e os ricos nos de maior valor” (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 79).

Corroborando com os autores supracitados, Camozzato, Loureiro e Silva (2013), mencionam que, a nível global, a adoção de medidas que visam a

construção de técnicas e mudanças de valores com o intuito de reduzir os impactos ambientais tem sido deixados de lado, continuando a depositar os resíduos resultantes da poluição em massa oriunda dos diversos setores nas áreas onde se encontram as pessoas pertencentes as classes menos favorecidas. Este cenário segue sendo repetido e perpetuado em diversos países onde os que “menos consomem e menos têm acesso aos recursos, são os mais afetados com o lixo e a poluição produzidos por uma pequena parcela da população mundial” (CAMOZZATO; LOUREIRO; SILVA, 2013, p. 655).

Em busca da igualdade de direitos e acesso a um meio ambiente saudável, o movimento por justiça ambiental se fundamenta na seguinte definição explicitada por Acselrad, Mello e Bezerra,

O direito a um meio ambiente seguro, sadio e produtivo para todos, onde o “meio ambiente” é considerado em sua totalidade, incluindo suas dimensões ecológicas, físicas construídas, sociais, políticas, estéticas e econômicas. Refere-se, assim, às condições em que tal direito pode ser livremente exercido, preservando, respeitando e realizando plenamente as identidades individuais e de grupo, a dignidade e a autonomia das comunidades (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 16).

Camozzato, Loureiro e Silva (2013, p. 646) mencionam que o movimento por justiça ambiental se fundamenta no objetivo central de que haja a “distribuição equitativa de riscos, custos e benefícios ambientais, independentemente de fatores como etnia, renda, posição social e poder; o igual acesso aos recursos ambientais e aos processos decisórios de caráter ambiental, ou seja, a democratização desses processos”.

Foi a partir do termo de justiça ambiental que o termo justiça climática foi criado. Se por um lado a justiça ambiental visa a distribuição equitativa dos riscos e benefícios ambientais assegurando-se que todas as pessoas tenham direito a um ambiente sadio e produtivo (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009; CAMOZZATO; LOUREIRO; SILVA, 2013), não obstante a isso a justiça climática é entendida como o conjunto de princípios que assegura que nenhum grupo de pessoas, seja atingido desproporcionalmente pela degradação dos espaços coletivos provenientes das mudanças climáticas de forma que estas transformações os obriguem a migrarem para outros espaços, ocasionando o que pode ser denominado de injustiça climática (LEROY, 2009).

A justiça climática fundamenta-se na ideia de que as mudanças climáticas têm atingido com formas e impactos diferenciados os grupos sociais menos privilegiados, sendo este termo estabelecido com o intuito de minimizar os efeitos oriundos da injustiça climática que por sua vez está relacionada com os processos de “eventos climáticos extremos (chuvas intensas, ondas de calor etc.), do aumento do nível do mar, entre outros” (MILANEZ; FONSECA, p. 93).

2.2 O papel do MST frente as mudanças climáticas – os sistemas agroecológicos e o campesinato no Brasil

O MST- Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, trata-se de um movimento bastante atuante no Brasil e que tem contribuído para que muitas famílias tenham acesso ao tão esperado “pedaço de chão”. “O surgimento dos

assentamentos de sem-terra é resultante das lutas nos movimentos sociais, principalmente, pela conquista da terra” (SILVA; CURY, 2015, p. 23) sendo um total de aproximadamente 350 mil famílias já assentadas (MST, sem data). Entretanto, a história do MST tem início a partir das desigualdades existentes nas divisões de terras no país com raízes históricas desde o período de colonização pelos portugueses e com a resistência dos/as agricultores/as Camponeses/as.

As lutas camponesas não se iniciaram com a ação dos sem-terra, pois estão presentes no campo brasileiro desde um passado distante que remonta ao século XIX, como foi o caso do movimento dos camponeses de Canudos, Contestado, etc. No século XX, destacaram-se as lutas das Ligas Camponesas, sobretudo no Nordeste, dos posseiros da Amazônia, pequenos agricultores subordinados no sul, dos sem-terra, esta espacializada em todo o Brasil, dentre outras. Este conjunto de lutas possui cada uma delas características específicas, o que destaca como as lutas no campo (SILVA; CURY, 2015, p. 23).

Apesar de toda a caminhada e lutas desenvolvidas anteriormente, o Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra teve seu início no ano de “1984, os trabalhadores rurais que protagonizavam essas lutas pela democracia da terra e da sociedade se convergem no 1º Encontro Nacional, em Cascavel, no Paraná. Ali, decidem fundar um movimento camponês nacional, o MST, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país” (MST, sem p.).

Entretanto, além de lutar em favor da reforma agrária, o MST também luta pela igualdade, garantia de direitos no uso da terra e de trabalho, justiça social além do combate a toda e qualquer forma de discriminação social buscando “participação igualitária da mulher, homem, jovem, idoso e criança” (MST, 2016, p. 12).

Não há como falarmos do MST sem falarmos da agricultura familiar camponesa ou do Camponato no Brasil. A forma de produção Camponesa possui como desenvolvimento básico a produção agrícola e artesanal autônoma articulando-se na divisão social geral do trabalho de forma familiar. A produção é destinada primeiramente a atender as necessidades básicas da família e posteriormente, pela venda de parte do que foi produzido com a finalidade de obter recursos para compra daquilo que eles não produzem, bem como de outras necessidades básicas como medicamentos, vestimentas, impostos, etc., correspondendo, portanto, a “uma forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura” (WANDERLEY, 2015, p. 26).

Famílias desse tipo, com essas características, nos seus distintos modos de existência no decorrer da história da formação social brasileira, teceram um mundo econômico, social, político e cultural que se produz, reproduz e afirma na sua relação com outros agentes sociais. Estabeleceram uma especificidade que lhes é própria, seja em relação ao modo de produzir e à vida comunitária, seja na forma de convivência com a natureza (CALDART *et al.*, 2012, p. 28).

A agricultura Camponesa é tida como um sinônimo de resistência frente a agricultura que se estabeleceu no Brasil desde o período colonial baseados nos latifúndios, monocultura e por muitos anos no trabalho escravo. Entretanto,

alguns pequenos agricultores e agricultoras, não satisfeitos com o sistema vigente, se constituíam nos espaços que escapavam as ocupações dos senhores da época.

Pode-se, assim, afirmar que as particularidades acima referidas resultam das estratégias de resistência Camponesa ao modo como se estruturou a atividade agrícola no país, desde seus primórdios, sob o domínio dos grandes empreendimentos e de sua capacidade de criar espaços para uma outra agricultura, a de base familiar e comunitária (WANDERLEY, 2015, p. 27).

Com o passar dos anos, novos termos passaram a ser utilizados em detrimento a agricultura Camponesa, como é o caso da agricultura familiar. Contudo, agricultura familiar refere-se a formas organizacionais em que a família é proprietária do local e dos processos produtivos bem como executa todas as atividades inerentes a produção.

Essa condição imprime especificidades à forma de gestão do estabelecimento, porque referencia racionalidades sociais compatíveis com o atendimento de múltiplos objetivos socioeconômicos; interfere na criação de padrões de sociabilidade entre famílias de produtores; e constrange certos modos de inserção no mercado produtor e consumidor (CALDART *et al.*, 2012, p. 35).

Nesta pesquisa optamos pela utilização do termo agricultura familiar camponesa, termo também utilizado pelo MST, uma vez que ambos os termos são utilizados para se referir a agricultura desenvolvida dentro do movimento. Contudo, mais importante que a terminologia utilizada é o objetivo e as práticas desenvolvidas com agriculturas familiares Camponeses.

Além disso, a preocupação ambiental é pauta permanente nas ações desenvolvidas dentro do movimento e nos assentamentos (MST, 2016, p. 14), pois para eles no que se refere aos bens da natureza, "a água e as florestas nativas são bens da natureza e eles devem ser tratados como direito de todos os trabalhadores. Eles não podem ser tratados como mercadorias e nem ser objeto de apropriação privada", por isso buscam "assegurar e preservar as águas e florestas como um bem público, acessível a todos/as", promover o combate ao "desmatamento e o comércio clandestino e ilegal das madeireiras", além de promoverem o reflorestamento das "áreas degradadas com ampla biodiversidade de árvores nativas e frutíferas, assegurando a preservação ambiental".

Contudo, o fato da não utilização de agrotóxicos ou produtos químicos, e industrializados não se caracteriza como forma de produção agroecológica.

É preciso ter clareza que a agricultura ecológica e a agricultura orgânica, entre outras denominações existentes, conceitual e empiricamente, em geral, são o resultado da aplicação de técnicas e métodos diferenciados dos pacotes convencionais, normalmente estabelecidas de acordo e em função de regulamentos e regras que orientam a produção e impõem limites ao uso de certos tipos de insumos e a liberdade para o uso de outros. (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 9).

Ainda conforme o autor supracitado uma agricultura que trata apenas de substituir insumos químicos convencionais por insumos "alternativos", "ecológicos" ou "orgânicos" não necessariamente será uma agricultura ecológica

em sentido mais amplo” (p. 10). Neste sentido, a agroecologia busca uma contraposição ao modelo produtivo convencional tendo vista sua transição para formas de produção mais sustentáveis embasando-se em aportes teóricos e metodológicos que “pretende estudar a atividade agrária sob uma perspectiva ecológica” (p.11).

Verges (2017), menciona que o MST se posiciona ativamente contra o atual modelo capitalista de produção do agronegócio, apresentando modelos alternativos de produção de alimentos que carregam em suas pautas a soberania alimentar, com produção diversificada a partir de um modelo sustentável, a exemplo dos sistemas agroecológicos.

Há o destaque para a produção Camponesa justamente pela dissociação com a demanda por combustíveis fósseis e o largo uso de agroquímicos na determinação da produção moderna da agricultura, das inferências ao clima e na obtenção geral da produtividade (VERGES, 2017, p. 140).

Assim, ao proporem um modelo de produção que dissociam a utilização de combustíveis fósseis, tem-se também, por consequência, a diminuição de gases de efeito estufa (GEE) emitidos para a atmosfera. Verges (2017), também aponta um diálogo entre as ideias dos movimentos Via Campesina e MST no que concerne ao enfrentamento das mudanças climáticas, ao uso democrático dos recursos naturais bem como da liberdade de produção alimentar da agricultura familiar camponesa frente a não utilização exacerbada de agroquímicos.

Desta forma, o Movimento Via Campesina aponta estratégias que objetiva não somente o enfrentamento as mudanças climáticas, mas também para a produção de alimentos mais saudáveis, como os cuidados com o solo e a produção de cultivos naturais, sem químicos.

A Via Campesina se coloca como contrária a toda apropriação dos aportes semeadores das colheitas e das possibilidades da vida. Argumentam que o controle das origens das sementes e capacidades de germinação, bem como de estruturas animais na cadeia produtiva, servem para aleijar os agricultores familiares de suas competências produtivas pautadas na diversificação e não utilização em massa de mecanismos externos, como defensivos agrícolas (VERGES, 2017, 122).

Embasados por práticas de produção que privilegiem uma produção sustentável e objetivando equilíbrio ecológico, os sistemas agroecológicos se constituem em métodos de resistência como enfrentamento ao atual modelo de produção do agronegócio (SENRA, 2020), bem como de enfrentamento aos fenômenos relativos as mudanças climáticas. Além disso, a opção pela forma de produção agroecológicas também propiciam melhorias em outros aspectos relativos as famílias que se aderem a esse sistema.

A resistência econômica se fortalece na medida em que as famílias camponesas seguirão de forma crescente eliminando o uso de todo tipo de insumos industriais – as sementes, os adubos químicos sintéticos, os agrotóxicos, os produtos químicos sintéticos veterinários etc. Muito rapidamente se libertam de dívidas em bancos ou empresas, uma vez que os insumos e tecnologias em grande medida se alcançam no próprio local de trabalho e produção, e na comunidade (MST, 2010, p. 39).

Em vista ao envolvimento dos/a assentados/as na produção agroecológica, o MST tem investido em formações para homens, mulheres, jovens, adultos e crianças, pois entendem que cuidar do meio ambiente independe da idade ou gênero, se constituindo em um dever e uma necessidade (MST, 1998; MST, 2010), uma vez que os fenômenos que se discorrem a partir das mudanças climáticas, atingem a todas as esferas sociais, entretanto, os mais prejudicados tendem a ser aqueles que produzem na terra e dela retiram o seu sustento, a exemplo da agricultura familiar Camponesa que, mesmo com as dificuldades encontradas, como ineficácia das políticas públicas, “tem sido protagonistas de práticas de um modo de fazer agricultura que representa um contraponto à agricultura capitalista e se constituem na resistência e nas lutas de enfrentamento direto ao capital” (MST, 2014, p. 33) onde o meio ambiente é tido como direito de todos e a preservação ambiental com a produção de alimentos caminham juntas.

3. Metodologia

Esta pesquisa tem como singularidade a obtenção de um retrato atual da juventude do assentamento Egídio Brunetto/MST/MT. Para sua realização, a metodologia utilizada ocorreu por meio do estudo de caso que apresenta procedimentos importantes para coleta de dados cujas informações essenciais para a pesquisa são fornecidas pelas pessoas envolvidas (GIL, 2008). Também possibilita conhecimentos detalhados sobre os sujeitos, além de permitir maior aproximação com o pesquisador. A utilização do estudo de caso é “maior em estudos exploratórios e descritivos, mas também pode ser importante para fornecer respostas relativas a causas de determinados fenômenos” (GIL, 2008, p. 138).

Os procedimentos utilizados para coleta de dados foram por meio de entrevistas semiestruturadas, anotações e gravações em áudios - buscando respeitar a opinião pessoal de cada sujeito que foram posteriormente transcritas para o melhor aproveitamento das informações.

Conforme Gerhardt e Silveira (2009, p. 66) “a coleta de dados é a busca por informações para a elucidação do fenômeno ou fato que o pesquisador quer desvendar”, onde as informações são obtidas a partir do próprio sujeito. Neste sentido, a utilização da entrevista semiestruturada se constitui em uma importante ferramenta para a aquisição das informações necessárias capazes de responder e/ou direcionar as respostas por meio de questionamentos básicos da pesquisa e apoiados nas hipóteses, em vista ao enriquecimento de informações sobre o fenômeno estudado.

3.1 Local da pesquisa

Esta pesquisa foi realizada no assentamento Egídio Brunetto/MST/MT. O assentamento teve sua origem com um acampamento instalado próximo ao município de Dom Aquino/MT, às margens da rodovia estadual MT 344, sentido a cidade de Campo Verde, sendo denominado como acampamento Mutum (SOUZA, 2019). Seu início ocorreu por meio de um acampamento semiaberto.

Após a conquista da terra, o assentamento foi estabelecido a 14 km da BR-364, entre os municípios de Juscimeira-MT e Jaciara-MT, centrada no sudeste mato-grossense, entre as duas principais cidades do Estado: 160 km da capital Cuiabá-MT e a 56,8 km de Rondonópolis-MT.

3.2 Sujeitos da pesquisa

Para compor o público dos sujeitos de acordo com os critérios utilizados para esta pesquisa, foram convidados oito (8) jovens em um universo de vinte e sete (27) educandos/as entre crianças e adultos. Nesta pesquisa, os sujeitos são compostos por sete (7) jovens do sexo masculino e uma (1) do sexo feminino aqui denominada Águia-cinzenta.

Os diálogos partindo de suas histórias de vida foram muito relevantes, pois possibilitou que os entrevistados se sentissem valorizados pelo interesse em conhecer as particularidades de cada um e não somente as informações que foram o enfoque principal da pesquisa. Conforme Minayo (1994, p. 55) “é fundamental consolidarmos uma relação de respeito efetivo pelas pessoas e pelas suas manifestações no interior da comunidade pesquisada”. Essa aproximação, pode favorecer uma melhor abertura dos entrevistados, pois, à medida que a entrevista acontece, sentem mais liberdade e facilidade em se abrirem com o pesquisador.

Durante as entrevistas, os pais e responsáveis estiveram presentes e também fizeram suas contribuições de forma espontânea, uma vez em que estavam presentes no local no momento da realização das entrevistas. Algumas dessas contribuições foram de grande importância e, também foram consideradas sendo utilizadas em complemento as respostas dos jovens, pois foram obtidas através de diálogos e colaboração dos envolvidos (MINAYO, 1994). Entretanto, as intervenções dos pais/responsáveis estão diretamente relacionadas a preocupações com os jovens em questões como educação, trabalho e permanência no campo.

4. Resultados e discussões

As discussões sobre as mudanças climáticas não são recentes, entretanto tem alcançado maior ênfase nos últimos anos dado as proporções que têm atingido. Desta forma, este tema tem aparecido com frequência nos meios de comunicação tornando-se importante sua divulgação e discussões, em todos os locais possíveis, sobre suas causas e consequências. Neste sentido, conhecer o que os/as jovens compreendem sobre o assunto e seus impactos no assentamento é importante pois permite dialogar sobre as possibilidades de enfrentamento a este fenômeno e melhorias na qualidade de vida dos assentados e do desenvolvimento de suas propriedades.

Mudança climática não é um termo que os/as jovens do assentamento estão acostumados a ouvir. Ao serem perguntados sobre o que compreendem sobre mudanças climáticas, as principais respostas obtidas foram,

“Tem a ver com o tempo”

Egídio Brunetto – Albatroz-de-Tristão

“Já ouvi, dá ‘pra’ perceber o aumento da temperatura”
Egídio Brunetto – Pato-Mergulhão

Mesmo não estando familiarizados com o seu significado, os/as jovens têm percebido que, apesar de pouco tempo assentados, ocorreram mudanças significativas relacionadas ao clima local.

“Teve muito calor ano passado e ta quente agora também”
Egídio Brunetto – Papagaio-Chorão

“Teve umas mudanças rápidas no tempo (clima). Ano passado
teve muita queimada, fogo saiu destruindo tudo aqui”
Egídio Brunetto – Pica-Pau-Amarelo

“Fez muito calor. Teve uma queimada bem forte ano passado
também”
Egídio Brunetto – Pica-Pau-Amarelo

As queimadas se constituem em um dos principais problemas que ocorrem anualmente no assentamento, sendo uma prática recorrente principalmente na região do Cerrado. Em Mato grosso no ano de 2019, os focos de incêndio foram consideráveis, sendo que o Cerrado também foi bastante afetado.

O total de focos de calor em Mato Grosso até outubro deste ano já é 53% superior do que o registrado em todo o ano passado. Até 9 de outubro, o estado registrou 28 mil ocorrências, contra 18,3 mil em todo o ano de 2018. A Amazônia é o bioma mais atingido, com 15,9 mil focos, seguida do Cerrado, com 10,9 mil. O Pantanal registrou 1,1 mil ocorrências em sua porção mato-grossense (ICV, 2019, s/p.).

Assim, a preocupação ambiental tornou-se pauta permanente entre os projetos e ações de mobilizações do MST, que buscam continuamente difundir a todas os assentados a importância da preservação do meio ambiente e do desenvolvimento de uma consciência crítica enquanto sujeito que depende do meio para existir.

Melhorar a qualidade de vida também envolve melhorar a qualidade do meio em que estão inseridos por meio da adoção de práticas mais sustentáveis e que favoreçam a recuperação do espaço que chegou até eles já degradados.

O local onde está situado o assentamento é proveniente de um sistema produtivo onde imperava a monocultura por meio da criação de gado e pastagem. Sendo assim, torna-se comum observar neste tipo de propriedade solos degradados, exauridos, que necessitem de correções que visem repor as suas características devolvendo-lhes a fertilidade roubada.

Não foram realizadas análises técnicas, e, portanto, os/as jovens não possuem informações detalhadas sobre o solo do assentamento. Entretanto, eles conseguem perceber que o solo carece de correções encontrando-se exaurido na maioria dos sítios.

“Já perdemos sementes porque o solo está ácido.

Deve ser pela monocultura que existia aqui quando era fazenda e
pastagem também.”
Egídio Brunetto – Papagaio-Charão

“Esse ano não foi tão bom, eu acho que o solo não é bom”
Egídio Brunetto – Albatroz-de-Tristão

“Não foi um ano muito bom de chuva, a escassez do solo deve
ser porque a propriedade era de monocultura (pastagem) antes de
passar para o assentamento”
Egídio Brunetto – Albatroz-de-Tristão (pai)

Para o MST não existe a dissociação entre agricultura e preservação ambiental. Qualquer que seja a forma de produção que se desenvolva no campo o meio ambiente está diretamente ligado. É a partir dessa concepção que

O programa agrário do MST defende uma agricultura que esteja em harmonia e que respeite o meio ambiente. Por isso que nos baseamos na matriz tecnológica da agroecologia, que busca aliar os conhecimentos ancestrais do manejo com a terra e com as sementes com a pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, para que se possam produzir alimentos saudáveis em larga escala sem prejudicar as riquezas naturais (MST, s/p.).

Nesse sentido, ações mitigadoras devem ser adotadas objetivando amenizar os efeitos das mudanças climáticas. Medidas iniciais estão relacionadas ao reflorestamento, principalmente nos entornos de nascentes e rios visando sua recuperação e conseqüentemente, manutenção de seu volume hídrico natural. Nos sítios em que os/as jovens residem, existem a presença de árvores, principalmente nativas que estão localizadas próximo as áreas de reservas devendo ser preservadas.

“Mais pra perto da reserva tem bastante arvore”
Egídio Brunetto – Águia-Cinzenta

“Sim, tem uma reserva e tem pouca área aberta”
Egídio Brunetto – Gavião-Pombo-Pequeno

“Maior parte é nativa”
Egídio Brunetto – Pica-Pau-Amarelo

Os/as jovens acreditam que ações como reflorestamento, preservação de nascentes e práticas sustentáveis no trato com os recursos naturais – água, solo, floresta, podem contribuir para minimizar os efeitos das mudanças climáticas. Entre as melhorias que poderiam ser percebidas foram mencionadas as seguintes:

“Ajuda porque o desmatamento na beira do córrego seca a água,
a arvores ajudaria a preservar”
Egídio Brunetto – Albatroz-de-Tristão

“Acho que isso pode ajudar a reverter principalmente no controle
das queimadas”



Egídio Brunetto – Papagaio-Charão

“Acho que ajudaria a ficar mais fresco, aumentar a umidade”
Egídio Brunetto – Águia-Cinzenta

Além disso, eles incluíram que, a adoção de práticas sustentáveis pode contribuir para reverter os impactos causados principalmente pelas queimadas ajudando também no seu controle e melhoria da qualidade do meio ambiente em geral.

No assentamento, a forma de produção sustentável já é posta em prática, pois se baseiam no princípio de produção agroecológica (SOUZA, 2019). Esta forma de produzir favorecem a renovação dos ecossistemas melhorando sua qualidade e conseqüentemente contribuem para reduzir os efeitos das mudanças climáticas.

Foi em Brasília, no ano 2000, que os 11 mil delegados e delegadas participantes do 4º Congresso Nacional do MST decidiram pela inclusão da Agroecologia no seu programa político. A partir daí o MST passou a realizar várias ações pela promoção da Agroecologia como ciência orientadora para a reconstrução ecológica da agricultura, passando a impulsionar este avanço revolucionário na base da produção e no modo de vida camponês das famílias assentadas e acampadas (MST, 2010, p. 51).

É por meio da difusão e implantação de uma agricultura mais limpa entre todos/as os assentados/as - crianças, Jovens e adultos, que o MST vai construindo sua história. Nesse contexto, a juventude é parte essencial, pois constituem-se no futuro do campesinato, continuidade de luta, esperança para os que estão por vir.

5. Considerações finais

A proposta deste artigo foi realizar uma abordagem sobre a temática Mudanças Climáticas dialogando sobre seus impactos com a juventude do assentamento Egídio Brunetto/MST/MT. Coube também destacar a importância dos movimentos sociais, em especial o MST, e as ações que desenvolvem não somente para mediar a conquista da terra, mas também para o enfrentamento dos impactos advindos das mudanças climáticas, a exemplo da implantação de sistemas agroecológicos.

No que concerne as mudanças climáticas, a juventude do assentamento desconhece o termo, entretanto, reconhecem seus fenômenos e os impactos advindos dessas alterações no assentamento como as variações constantes de temperatura, volume de chuvas, envolvendo também outros fatores como os arranjos naturais dos ecossistemas, até às práticas humanas – industriais, de consumo e descarte, entre outros.

O envolvimento da juventude com esta temática torna-se relevante uma vez que representam o futuro do campesinato e da agricultura familiar campesina, sendo importante se posicionarem de forma estratégica para enfrentarem este fenômeno e seus impactos na agricultura local.



REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Revista de estudos avançados**, São Paulo, v.24, p. 103-119, 2010.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecilia Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O Que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 160 p. 2009.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CAMOZZATO, Mauro Marafiga; LOUREIRO, Mônica, Michelotti; SILVA, Thaís Camponogara Aires da. A justiça ambiental e o acesso à informação na construção da cidadania ambiental. **Anais do 2º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade**: mídias e direitos da sociedade em rede – UFSM. Santa Maria/ RS. Jun. 2013.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 24 p. 2004.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, 120 p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, André Luiz R. Cultivando um clima bom no litoral norte do Rio Grande do Sul. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, v.6, n.1, p. 6-9, abr. 2009.

LEROY, Jean Pierre. **Justiça Climática, um direito humano negado**. IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Rio de Janeiro, set. 2009

MARQUES, Anésio da Cunha.; SILVA, Julio Carlos B. V.; HANISCH, Ana Lúcia. Mudanças climáticas: impactos, riscos e vulnerabilidade na agricultura. **Revista de Estudos Vale do Iguaçu**. Jan/Jun. 2013, v.01, nº 21, p.93-116

MEIO Ambiente. **MST**. Disponível em: <http://www.mst.org.br/meio-ambiente/>. Acesso em: 03 fev. 2020.

MILANEZ, Bruno; FONSECA, Igor Ferraz da. Justiça climática e eventos climáticos extremos: o caso das enchentes no Brasil. **IPEA**. Boletim regional, urbano e ambiental. Jul. 2010.



MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis – RJ. Ed. Vozes, 2002. 21ª ed.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Agroecologia, Soberania Alimentar e Cooperação**. Setor Educação e Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST. Caderno nº 2, set. 2010.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Normas Gerais e princípios organizativos do MST**. Secretaria Nacional do MST, 2016.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Para um trabalho infantil e educativo**. Setor de Educação – MST, Junho, 1998.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Programa agrário do MST**. VI Congresso Nacional do MST. Secretaria nacional do MST, fev. 2014

O AVANÇO da luta pela terra. **MST**. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/00-04>. Acesso em: 03 de fev. 2020.

PARENTE, Henrique Nunes; MAIA, Michelle Oliveira. Impacto do pastejo sobre a compactação dos solos com ênfase no Semiárido. **Revista Trópica – Ciências Agrárias e Biológicas** V. 5, N. 3, pág. 3, 2011.

PAINEL BRASILEIRO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, 2014: Impactos, vulnerabilidades e adaptação às mudanças climáticas. **Contribuição do Grupo de Trabalho 2 do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas ao Primeiro Relatório da Avaliação Nacional sobre Mudanças Climáticas** [Assad, E. D., Magalhães, A. R. (Eds.). COPPE. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 414 p.

QUEIMADAS EM MATO GROSSO EM 2019 – SITUAÇÃO EM OUTUBRO. **ICV – Instituto Centro de vida**. Out. 2019. Disponível em: <https://www.icv.org.br/2019/10/queimadasmt2019/>. Acesso em: 22 abr. 2020.

SENRA, Ronaldo Eustáquio Feitosa. **Sistemas agroecológicos como resistência do MST frente ao modelo de produção do agronegócio**. Fala proferida durante a orientação de mestrado realizada em 06 de fevereiro de 2020. IFMT: Campus Coronel Octayde.

SENRA, Ronaldo Eustáquio Feitosa; MEDEIROS, Heitor. Queiroz de. Educação Ambiental Campesina: Justiça Climática em territórios mato-grossenses. **IV Seminário Internacional Resclima e 2º encontro da Rede de Pesquisadores em Educação Ambiental e Justiça Climática – REAJA**. Santiago de Compostela, Espanha, 26/27 de out. 2018.

SILVA, Dherwerson dos Santos; CURY, Mauro José Ferreira. A Identidade Camponesa nos Assentamentos do MST no Brasil. **Geographia Opportuno** Tempore, Londrina, v. 1, n. 4, p. 22 - 35, 2015.

SOUZA, Dionísio Garcia de. **O Que nos ensinam os camponeses sobre o clima: estudo sobre o MST e os camponeses do assentamento Egídio Brunetto**. 2019, 103 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso-IFMT associado à Universidade de Cuiabá - UNIC - Campus Cuiabá, 2019.

VERGES, João Vitor Gobis Verges. **Mudanças climáticas no brasil: movimentos sociais e assentamentos rurais de reforma agrária no pontal do Paranapanema-SP**. 2017, 256 f. Tese (Doutorado) - Programa Doutoral em Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, Presidente Prudente, SP, 2017.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, 2014, vol. 52, p.25-44.

Recebido em: 27 de abril de 2021.

Aceito em: 19 de agosto de 2021.

Publicado em: 15 de dezembro de 2021.